

## O REFLEXO HISTÓRICO DA ESCRAVIDÃO NO GOLPE DE 2016

F. T. MARCELINO

Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
fabianatm@gmail.com

Submetido 29/12/2019 - Aceito 29/12/2019

DOI: 10.15628/holos.2019.9348

SOUZA, J. (2017). **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya.

Nos dias atuais de um cenário caótico na política e economia brasileira, A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato deveria ser leitura obrigatória para todos aqueles que se indignam com os caminhos que tem o País tem seguido nos últimos anos. Foi essa a conclusão que cheguei ao terminar a leitura do livro de Jessé Souza (2017). Ele se propõe a analisar o pacto dos donos do poder – a elite do dinheiro, a elite do atraso – para manter no Brasil relações sociais cruéis, baseadas no sistema escravocrata que aqui vigorou e que mantém até hoje enraizadas na sociedade marcas indelévels, ainda que a escravidão seja uma herança maldita, forçosamente e frequentemente esquecida.

Jessé Souza é graduado em Direito, mestre em Sociologia pela Universidade de Brasília, doutor em Sociologia pela Universidade de Heidelberg, Alemanha, e pós-doutor em Psicanálise e Filosofia pela New School for Social Research, em Nova York. É autor de 27 livros, mais de cem artigos e capítulos de livros em vários idiomas, tendo publicado os livros “A tolice da inteligência brasileira” (2015) e “A radiografia do golpe” (2016). Atualmente é professor titular de Sociologia da Universidade Federal do ABC Paulista (UFABC).

Para defender a tese apresentada no livro o autor o divide em quatro capítulos: nos três primeiros traça uma contextualização histórica, e no quarto, demonstra o papel da Lava Jato e da mídia na consolidação do pacto da elite para a manutenção do seu poder. Na contextualização histórica, o autor se centra em três pontos: as bases teóricas da concepção do Brasil e do brasileiro como sujeito inferior em comparação a cidadãos europeus, e principalmente, americanos, ambos representantes de nações tidas pela elite do poder e científica como referências de Estados bem-sucedidos; como as relações sociais brasileiras estão fortemente relacionadas com a escravidão, a nossa característica mais pungente; e trata das classes sociais no Brasil, discutindo em particular a formação da classe média, as concepções em torno da autopercepção e construção dessa classe, e os elementos conceituais e teóricos transformados em ideias do senso comum, que fortalecem a percepção e a formação das classes sociais brasileiras.

Além dos quatro capítulos já mencionados, Jessé Souza diz a que se propõe no prefácio, destacando já no início do livro que nossa sociedade sedimenta sua percepção dos problemas do País sob as vestes dos conceitos de patrimonialismo e populismo, ambos os conceitos trazidos de contextos completamente diferentes do brasileiro. E pior: utilizados de modo a camuflar o que há de mais grave como problema no Brasil: a manutenção de relações vis em que a parte mais pobre da população é subjugada da mesma forma que os escravos o eram, inclusive com a validação da

sociedade e do Estado na supressão de sua dignidade humana. Ambos os conceitos, o de patrimonialismo e o de populismo, conceitos-chaves para a compreensão da tese defendida por Souza, são melhor explicados ao longo do livro.

No primeiro capítulo: O racismo dos nossos intelectuais: o brasileiro como vira-lata, Souza justifica porque discute no livro as bases teóricas das concepções que temos atualmente sobre o Brasil e o brasileiro, e afirma: “no mundo moderno, quem cria a legitimação do poder social que será a chave de acesso a todos os privilégios são os intelectuais” (SOUZA, 2017, p.11). O autor demonstra como o foco dos problemas do Brasil, desde a colonização até a Lava Jato, abrigam-se na ideia de que o Estado brasileiro abriga uma elite corrupta que explora a população. Sob esta ideia, estão camuflados fatos concretos: não são os governantes ou agentes do Estado que são a elite exploradora. A verdadeira elite, a elite do dinheiro, são de fato os donos do poder e se utilizam do Estado e da mídia como instrumentos para manter e consolidar o seu poder. A elite do dinheiro permanece invisível, fora do Estado, inclusive como forma de se manter longe dos olhos e protegidos da maioria da população, daquela que é explorada e manipulada para manter as relações sociais brasileiras com as mesmas características desde o período colonial.

Souza denuncia que a efetiva negação da escravidão como a semente da sociedade brasileira é um elemento importante para o fortalecimento deste pacto da elite para se manter no poder. O autor alerta que essa situação é resultado de um paradigma científico dentro das ciências sociais: o paradigma culturalista. Salienta que o paradigma culturalista ganhou força na tentativa de reformular o paradigma do racismo científico, vigente na década de 1920 nacional e internacionalmente. Na medida que o racismo científico foi criticado e desconstruído, quem tomou o lugar nessa discussão foi o culturalismo, acreditando que sua perspectiva era uma superação da perspectiva do viés racista; inclusive, uma superação moral.

O paradigma culturalista redefine as concepções sobre quais características incidem sobre o comportamento das pessoas: se com o racismo científico, a perspectiva era que o comportamento era resultado de características genéticas (e por consequência, fenotípicas); com o culturalismo a ideia é que a herança cultural da pessoa é o que define o seu comportamento. Este paradigma foi tão bem aceito que rapidamente saiu do meio científico para se consolidar fortemente no senso comum. Na mesma velocidade, o culturalismo também passou facilmente a explicar por que algumas sociedades são mais ricas e adiantadas do que outras. Essa teoria da modernização baseada no paradigma culturalista se adequou aos Estados Unidos da América (EUA) do pós-guerra, tratados como modelo exemplar para os outros países, e se disseminou pelo mundo. Souza pontua que “na base desse argumento estava a herança cultural do protestantismo individualista americano como paradigma insuperável para a constituição de uma sociedade rica e democrática” (SOUZA, 2017, p. 16). Desse modo, ele defende três ideias: 1) que o mundo ainda vive sob o domínio da teoria da modernização que toma como elemento exemplar dos EUA; 2) que o paradigma culturalista é uma falsa ruptura com o racismo científico; e 3) que as ciências sociais no Brasil também seguem o modelo da teoria da modernização e a falsa ruptura com o racismo científico.

Souza afirma que o culturalismo mantém a ideia subjacente ao racismo de separação dos seres humanos em inferiores e superiores, porém com nova roupagem: o que diferencia os seres humanos não são as características físicas, mas a cultura, a bagagem cultural, e essa bagagem também é passível de hierarquização; há culturas melhores, mais valorosas e superiores a outras. A esse paradigma, Souza chama de racismo culturalista.

Ao longo do livro, o autor procura explicar como o racismo culturalista é responsável no Brasil pela naturalização do ódio à classe mais pobre, que ele chama de ralé, os ex-escravos. E vai além ao afirmar que a consolidação do poder da elite brasileira sobre o restante da população só é possível pelo uso de um racismo disfarçado de culturalismo, que permite a legitimação para todo ataque a qualquer governo popular que se dedique a dar o mínimo de condições de vida à classe mais pobre.

Três pesquisadores brasileiros são mencionados nos capítulos 1 e 2, intitulado “A escravidão é nosso berço”, pois seus estudos científicos sob o paradigma culturalista enraizaram concepções fortes sobre o brasileiro e o Brasil no senso comum. Gilberto Freyre, autor dos clássicos como: “Casa grande e senzala” (1957) e “Sobrados e mucambos” (1990); Sérgio Buarque de Holanda, que escreveu: “Raízes do Brasil”, de 1937, o qual é criticamente analisado por Souza; e Raymundo Faoro, discípulo de Holanda, autor de “O dono do poder”, de 1984.

Souza aponta Freyre como o criador do paradigma culturalista brasileiro, dominado por ideias de um Brasil como continuidade de Portugal e do brasileiro com a singularidade da emotividade. A partir desse último aspecto, Freyre foi responsável por construir no meio científico e posteriormente no senso comum a estória da democracia racial brasileira.

Freyre é considerado por Souza um dos mais importantes pensadores brasileiros, apesar de impregnado pelo conservadorismo. De fato, Freyre teve um papel fundamental na construção de um sentimento de identidade nacional que passou a ser motivo de “orgulho” para a nação: a identidade construída a partir de uma cultura luso-brasileira, aberta ao novo e ao diferente. Freyre foi bem-sucedido na criação de uma comunidade nacional imaginária, que se percebe como singular. Entretanto, Souza também aponta que Freyre foi capaz de perceber, ainda que com falhas, que a semente da formação brasileira, a “união” das três raças (preto, branco e índio) no período colonial, foi perpassada por hierarquia de dominação. A falha crucial na análise de Freyre, segundo Souza, foi o entendimento de que passado o período colonial, a convivência entre as três raças era amigável e solidária. Na realidade, Souza destaca que faltou à interpretação de Freyre observar a permanência estrutural na sociedade do sadomasoquismo, este no sentido da não alteridade e da perversão do prazer enquanto objetivos máximos das relações interpessoais de classe e raça.

Freyre destaca que as relações violentas e autoritárias na colônia em certa medida eram táticas políticas de colonização, visto que um país de população tão pequena como Portugal precisava de estratégias para colonizar um território tão gigante. Assim, no Brasil o patriarca exercia o papel de instância máxima de poder, enquanto Portugal possuía há séculos o Estado e a Igreja para mediar questões sociais. Exatamente, neste ponto, se destaca a inviabilidade de considerar o Brasil uma continuidade de Portugal.

Souza analisa que o sadismo deu lugar ao mandonismo no Brasil com o passar dos séculos, sendo transpassado da esfera privada para a esfera pública, o que seria a privatização do público pelos poderosos patriarcas – e isso em si, já seria uma contradição ao conceito do patrimonialismo, que veremos mais ainda em Sérgio Buarque de Holanda.

Como já dissemos, o autor se dedica especialmente a refutar as ideias de patrimonialismo e populismo; o primeiro deles é discutido, principalmente, por Holanda, pesquisador conservador liberal. Para Souza, Holanda é o mentor do culturalismo vira-lata que impregna a percepção de Brasil e do brasileiro: essa versão é vira-lata por ser uma legitimação a serviço dos interesses

políticos e econômicos da elite do dinheiro e do mercado, mantendo-os invisíveis. Baseia-se na ideia do brasileiro como sendo o inverso do americano protestante liberal e heroico.

Holanda, conforme Souza, traz em sua obra duas modificações importantes no paradigma culturalista racista de Freyre: a do brasileiro cordial como algo negativo, e a visão do Estado brasileiro como uma extensão do brasileiro cordial, conseqüentemente, negativo e vira-lata também. Souza acredita que Freyre, em sua concepção de brasileiro cordial, ao menos tentou criticar a tese do americano e do europeu como seres superiores. Já Holanda traz a ideia do brasileiro pensado genericamente sem distinções de classe enquanto pura negatividade, o homem emotivo, e potencialmente, corrupto. Além disso, defende que o Estado brasileiro é um alongamento institucionalizado do homem cordial; a negatividade do último é estendida ao primeiro, com base na noção do patrimonialismo, em que as elites roubam do povo e privatizam o bem público. Ambas as modificações de Holanda constroem a ideia do brasileiro vira-lata.

A problemática dessa percepção é invisibilizar os nossos reais conflitos, segundo Souza, pois vai escondendo nessa equação o papel do mercado e do capital nas desigualdades sociais brasileiras, e especialmente camuflando a verdadeira elite, que não são os representantes públicos, são a elite do capital. O papel de Holanda na autopercepção do brasileiro é dominante porque o seu culturalismo racista e liberal conservador é a única teoria explicativa abrangente e totalizadora do Brasil, sinaliza Souza.

Raymundo Faoro, discípulo de Holanda, também teve um papel fundamental na consolidação da noção de patrimonialismo no Brasil, noção essa equivocada, conforme aponta Souza. No seu livro: "Os donos do poder", Faoro (1984) defende o caráter patrimonialista do Estado e por extensão, da sociedade brasileira. Esse caráter patrimonialista responderia pela essência não democrática e baseada em privilégios que marca o poder político no Brasil. Utiliza equivocadamente a noção de Max Weber<sup>1</sup> para relacionar historicamente o fazer político do Estado português com o fazer político no Brasil. Souza indica o quanto é equivocada a utilização do conceito de Weber por ele próprio ser um profundo conhecedor da obra dele. De forma explícita, Souza denuncia os males dos pressupostos teóricos de Faoro, transformados em concepção de senso comum, ao demonstrar que Faoro utilizou o conceito de patrimonialismo de forma estática e a-histórica, diferente da concepção original de Weber.

Outro conceito bastante importante para a compreensão da autopercepção do brasileiro é a de populismo, sistematizado no Brasil por Francisco Weffort<sup>2</sup>. Da forma como foi construída, essa noção contribui para o fortalecimento do liberalismo conservador. A ideia de populismo consolidada entre nós é a de que as classes mais pobres são manipuladas para atender os interesses políticos de líderes populares, como Lula e Vargas. Essa noção é frequentemente utilizada de forma problemática seja pela esquerda ou pela direita, e esconde alguns fatores importantes: supõe que somente a classe mais pobre pode ser manipulada, o que Souza desconstrói ao mostrar no seu livro que a classe média também pode e foi manipulada para a concretização do golpe sobre a presidenta Dilma em 2016; diminui a importância da soberania

---

<sup>1</sup> Weber (1864-1920) foi um sociólogo e economista alemão, considerado um dos fundadores da Sociologia moderna. Autor de "A ética econômica das religiões mundiais" (2016).

<sup>2</sup> Weffort é um cientista político brasileiro, professor doutor da Universidade de São Paulo (USP). Foi Ministro da Cultura no governo de Fernando Henrique Cardoso. Autor do livro "O populismo na política brasileira" (1978).

popular como critério fundamental em uma sociedade democrática; e deslegitimam as demandas populares ao classificá-las como demagogia.

Souza pontua que ao longo da história da república brasileira, seja pela noção de patrimonialismo ou pela de populismo, ou por uma combinação das duas noções, é que a elite do dinheiro manipula o Estado e a sociedade para garantir a manutenção dos seus interesses. Assim o foi, segundo Souza, na derrubada de Vargas; na construção da impopularidade da Ditadura militar, quando esta não mais atendia os interesses da elite econômica; e por fim, no golpe de 2016.

Outro autor discutido no livro é Nobert Elias<sup>3</sup>, que discutiu o processo civilizador no Ocidente. Elias entende, conforme Souza, que o desenvolvimento europeu, e também o desenvolvimento ocidental influenciado pela Europa, tem como peça fundamental a ruptura com o escravismo do mundo antigo. Seu argumento é que a escravidão e sua violência inerente inibiriam como desnecessário o processo interdependente de uma regulação externa de conduta. Segundo Souza, para Elias a noção de cidadania que temos hoje vem de uma instância disciplinizadora que tornaria dispensável, em grande medida, a repressão externa e policial, como também do aumento da sensibilidade em relação à dor e ao sofrimento, tanto o próprio quanto o do outro.

Para além do escravismo, a noção de cidadania garantida universalmente pressupõe esse processo de aprendizado social de uma nova sensibilidade que reage com repulsa a qualquer forma de violência ou humilhação excessiva ou gratuita.

Souza reconhece que nosso desenvolvimento histórico foi diferente do europeu, não por termos heranças malditas de Portugal, mas porque nossa sociedade foi forjada por relações sociais diferentes. Enquanto Portugal tinha Estado e Igreja fortes para intervir na dinâmica social, no Brasil colonial o isolamento social concedia aos senhores todo o poder de garantir o funcionamento social ao seu favor. Para exemplificar os resultados dessa dinâmica social no Brasil, Souza cita o próprio Freyre em: Casa grande e senzala:

Não há brasileiro de classe mais elevada, mesmo depois de nascido e criado, depois de oficialmente abolida a escravidão, que não se sinta aparentado do menino Brás Cubas na malvadez e no gosto de judiar com negros. Aquele mórbido deleite em ser mau com os inferiores e com os animais é bem nosso: é de todo o menino brasileiro atingido pela influência do sistema escravocrata (FREYRE, 1957, p. 354).

Esse sadismo transformado em mandonismo, irá da esfera privada para a esfera pública, colocando as elites no lugar do autoritarismo, e as classes mais pobres no lugar de abandono e desprezo.

Embora, coerente para descrever a realidade brasileira, pessoalmente acredito que faltou Souza pontuar algo importante sobre a tese de Elias acerca do desenvolvimento da noção de cidadania na Europa: a percepção dos europeus sobre os imigrantes. Se no Brasil persiste a percepção do preto e do pardo como “não humano” por causa da escravidão, onde situamos historicamente a percepção do imigrante como “não cidadão” e, portanto, sem direitos básicos?

---

<sup>3</sup> Elias (1897-1990) foi um sociólogo alemão, residente na Inglaterra na maior parte da sua carreira após ter fugido da Alemanha nazista em 1933. Autor de “O processo civilizatório” (1939).

O avanço da direita conservadora na Europa e das posturas e políticas intransigentes contra imigrantes não se enquadram na suposta sensibilidade que repudia toda forma de violência e humilhação contra outro ser humano, não importa a cor ou a origem, especialmente quando essa visão “sensível” implica em dividir recursos e capital com populações exploradas historicamente pela civilização europeia.

Uma análise interessante que Souza faz, e que de fato nos faz refletir bastante sobre a composição da sociedade brasileira, são as facções da classe média. Gostaria de um dia ter elementos para confirmar a existência dessas facções. Souza divide a classe média em quatro partes: profacista, liberal, expressivista e crítica. Segundo ele, as duas primeiras, mais conservadoras, que compõem a maior parte da classe média – em sua estimativa, cerca de 60% da classe média – foram as responsáveis por apoiar o golpe e garantir o apelo popular (porém, não populista) para o impeachment de Dilma. A facção profacista, embora um pouco menor que a liberal, compõe o grupo da população que, indignada com a corrupção do PT, imbuída de um moralismo seletivo que a impede de ver a corrupção em outras esferas, aproveitou a onda de indignação para expor abertamente todo o seu ódio contra a classe excluída da população.

A facção liberal, a maior entre a classe média, seria composta por aqueles que se inflamaram contra o PT, também com base em um moralismo seletivo fundamentado no patrimonialismo e populismo, porém se perguntam após o golpe se o caminho do impeachment de fato foi necessário para o avanço do Brasil. Nesta edição de: A elite do atraso, Souza não trata particularmente do desfecho trágico da eleição de 2018 e da chegada de Bolsonaro ao poder. Contudo, acredito que, em sua perspectiva, entre aqueles que sustentaram ao longo da campanha eleitoral o discurso de que “qualquer um é melhor do que o PT”, os que devem estar se perguntando se esse discurso trouxe ganhos para eles próprios ou para o Brasil, devem estar entre os que se enquadram na facção liberal.

As facções expressivista e crítica são as menores entre a classe média. Os expressivistas são aqueles que se dedicam a causas importantes, porém que não se situam como as mais importantes para a população brasileira diante do atual contexto político e socioeconômico brasileiro. Segundo Souza, estão nesse grupo aqueles que defendem causas ambientais ou identitárias. A facção crítica é a menor facção, são os que de algum modo tiveram acesso a uma formação crítica, seja social, familiar ou educacional, e que acreditam serem necessárias políticas públicas que busquem a promoção da igualdade social.

O desfecho crucial de A elite do atraso é demonstrar como as facções da classe média, em especial as mais conservadoras, são manipuladas para atender à elite do dinheiro. Essa última explora e usa a classe média por meios simbólicos: a manipula através da mídia, legitimando as necessidades da classe média camufladas pela suposta defesa da moralidade. Sob a noção de populismo, a mídia também contribui com a crítica da imaturidade das classes populares de modo a garantir qualquer forma de ascensão popular. Nesse contexto, Souza faz fortes comentários acerca da empresa mais forte de comunicação do país: a Globo. Além da problemática do seu alcance popular. Ele a considera ainda mais leviana ao se tornar cúmplice do caos político atual por ser uma concessão pública, e não apenas uma empresa privada. Considerando que a mídia é um instrumento da manutenção do poder da elite, o papel da Globo não só no golpe de Dilma como na Ditadura Militar foi muito mais além de responder apenas às necessidades da elite. Souza especula algumas possibilidades, mas o crucial é que ele se pergunta: o que a Globo tem a esconder ou proteger, ao continuar conduzindo a manipulação midiática moralista seletiva? Mesmo agora

durante o governo Bolsonaro, a Globo continua atuando da mesma forma que Souza aponta: atacando por um lado, e sendo conivente por outro. Tudo junto e misturado, num movimento espetacular de agradar gregos e troianos, de bater e alisar. Embora, a manipulação midiática explique muito das nuances políticas brasileiras, ainda não temos os elementos cruciais para entender o papel da maior empresa de telecomunicações da América Latina na atual desgovernança do Brasil.

Este livro é essencial para aqueles que desejam entender o contexto político contemporâneo dentro da história brasileira, indo além dos fatos históricos consagrados nos livros oficiais que narram a formação da identidade nacional. A escravidão é mais do que um traço triste do passado brasileiro: ela definiu e define as relações sociais brasileiras, a constituição de quem é o povo e quem é a elite, e tem profundas marcas nos fatos políticos mais recentes do Brasil.

## REFERÊNCIAS

- ELIAS, N. (1994). **O processo civilizador**. Vols. 1 e 2. Rio de Janeiro: Zahar.
- FAORO, R. (1984). **O dono do poder**. Porto Alegre: Globo.
- FREYRE, G. (1990). **Sobrados e mucambos**. Rio de Janeiro: Record.
- FREYRE, G. (1957). **Casa grande e senzala**. Lisboa: Livros do Brasil.
- HOLANDA, S. B. (1937). **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras.
- SOUZA, J. (2016). **A radiografia do golpe**. Rio de Janeiro: Leya.
- SOUZA, J. (2015). **A tolice da inteligência brasileira**. Rio de Janeiro: Leya.
- WEBER, M. (2016). **A ética econômica das religiões mundiais: ensaios comparados de sociologia da religião**. Petrópolis: Vozes.
- WEFFORT, F. (1978). **O populismo na política brasileira**. São Paulo: Paz e Terra.